

educação e democracia

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 14 • 2014

**A RENOVAÇÃO DA ENFERMAGEM EM
TESTEMUNHOS SOBRE O SEU ENSINO NAS
DÉCADAS DE 70 E 80 DO SÉC. XX**

António Gomes Ferreira

Helder Manuel Guerra Henriques

António Gomes Ferreira, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Professor Associado e subdiretor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coordenador científico do GRUPOEDE do CEIS20. E-mail: antonio@fpce.uc.pt

Helder Manuel Guerra Henriques, Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra. Equiparado a professor adjunto do Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação. Investigador do CEIS20. E-mail: henriqueshelder@gmail.com t

Introdução

As alterações sociopolíticas decorrentes da revolução do 25 de abril de 1974 permitiram a promoção social de um conjunto de novas atividades profissionais. Com a emergência de um Estado – Providência, e a defesa de novos direitos consagrados na constituição portuguesa de 1976, tornou-se possível a valorização de grupos profissionais que, se por um lado, ambicionavam maior autonomia e uma jurisdição profissional própria, por outro lado, permitiram que o Estado expandisse a sua ação, chegando a todos, ou quase todos, os cidadãos. A enfermagem é um desses grupos que, encontrando-se em processo de valorização social e profissional, beneficiou dessa democratização e da ampliação dos serviços de saúde, pelo que a tomamos como objeto deste estudo, que se inscreve num arco temporal que contempla as décadas de 70 e 80 da centúria passada. Para o efeito, colocamos as seguintes questões de partida: Que transformações permitiram a enfermagem consolidar o seu estatuto socioprofissional? Qual o lugar ocupado pelas escolas de formação de enfermeiros? De que modo as Ciências Sociais, Humanas e Comportamentais participaram neste processo? E como se processou a mudança, no caso particular, na Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias? No fundo, que conceção de enfermagem se construiu no período democrático?

Na tentativa de dar resposta a estas questões, ancoramos o nosso trabalho à Sociologia das Profissões e à História da Educação. Orientamos o estudo de acordo com a perspetiva interacionista, defendida por Eliot Freidson¹, e a abordagem sistémica das profissões, de Andrew Abbot².

Do ponto de vista empírico, utilizamos essencialmente fontes documentais e orais. As fontes de natureza documental referem-se a documentos legais (en)formadores do ensino e do exercício da enfermagem em Portugal (incluindo planos de estudo); as fontes orais, consistem num conjunto de entrevistas semi-diretivas realizadas a enfermeiros/as que foram alunos e/ou professores da Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias, antes e depois do 25 de Abril de 1974, permitindo, deste modo, identificar mudanças significativas nas conceções de enfermagem e nas suas escolas de formação a partir dos próprios atores educativos.

Esta é uma abordagem socio histórica dado que procura compreender o objeto de estudo de uma forma relacional e interativa como modo de interpretação alargado da construção profissional da enfermagem portuguesa num arco temporal *crítico* – as duas primeiras décadas do Portugal democrático - para a evolução da História recente de Portugal. Ao longo do artigo defenderemos que a enfermagem portuguesa alcançou maior prestígio e conquistou um campo de ação como resultado de novos entendimentos políticos e científicos, destacando neste processo a importância das instituições escolares, a

¹FREIDSON, Eliot - *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago/London: The University of Chicago Press, 1986.

²ABBOTT, Andrew (1988), *The System of Professions – Na Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

aproximação a novos conhecimentos e valores, vendo isto pelo caso particular da Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias, na cidade de Castelo Branco.

1. Escola, Conhecimento e Valores: a construção profissional da enfermagem

A transformação de uma ocupação numa atividade profissional reconhecida entre grupos, pelo Estado e sociedade, implica a articulação dinâmica de um conjunto de características inerentes ao processo que permite conquistar maior autonomia e, consequentemente, alcançar o estatuto de “especialista”. O conceito de profissão pode incorporar diversas interpretações que se modificam de acordo com um conjunto lato de variáveis (por exemplo, espaço e tempo). Entendemos, neste caso, que este conceito - de profissão - deve ser entendido como “o resultado de lutas, reivindicações, estratégias seguidas por um determinado grupo ocupacional na tentativa de alcançar maior credibilidade social, académica e estatal”³.

Ao longo do período contemporâneo, o Estado foi atribuindo papéis aos diferentes grupos na tentativa de resolução de problemas sociais, educativos ou de saúde (entre outros), concedendo aos grupos a possibilidade de assumir o controlo do seu próprio coletivo, permitindo, desse modo, a conquista de legitimidade socioprofissional. Do interior deste processo, emergem as instituições escolares que, em nosso entender, ocupam uma posição central com o objetivo de construir e prestigiar os coletivos com ambições profissionais. A toda esta dinâmica não foi alheio o grupo dos enfermeiros portugueses que tomamos como objeto da nossa compreensão neste estudo.

As Escolas constituíram um instrumento fundamental para a construção das atividades profissionais e definição identitária dos grupos. Foi a partir destas realidades institucionais que se definiram, entre outros, os perfis dos candidatos à integração nos grupos e foi neste contexto que se estabeleceram um conjunto de conhecimentos, normas e valores que constituíram a base de um domínio profissional próprio dos enfermeiros (embora relacional) com um determinado grau autonomia.

De acordo com o que acabamos de referir, o processo de seleção que as diferentes escolas de enfermagem foram levando a cabo no *devoir histórico* assumiam como objetivo a acreditação moral, social e científica de todos os elementos que pretendiam apropriar-se e utilizar um conjunto de saberes e técnicas associadas ao grupo. A este processo damos o nome de credencialismo. Este conceito pode ser interpretado como uma “fonte de poder profissional” que assume importância nas dinâmicas de seleção e acreditação dos indivíduos que pretendem integrar um grupo socioprofissional⁴ constituindo-se como um processo que permite dominar o acesso a determinados conhecimentos e posições profissionais, fundamento de qualquer profissão, através de uma licença, para o

³ HENRIQUES, H. & FERREIRA, A. G., “As normas e os valores na construção da identidade profissional da enfermagem portuguesa – décadas de 40 a 80 (séc. XX). *Estudos do Século XX*. nº 12, 2012, pp. 142.

⁴ FREIDSON, Eliot - *Professional Powers...*, 1986.

exercício de uma determinada função e/ou tarefa em sociedade⁵. O credencialismo é, assim, um processo de subordinação, principalmente em relação ao Estado, que decorre no interior das instituições escolares, desde o momento da candidatura, passando pela aquisição de competências técnico-científicas, até à posse do diploma e/ou mandato que permitem exercer legalmente uma atividade profissional⁶.

No caso da enfermagem portuguesa verifica-se que a partir da década de 40 da centúria passada o Estado interveio, atribuindo às escolas de enfermagem (oficiais e particulares) a exclusividade do reconhecimento, através de um diploma escolar, do título de “enfermeiro” em Portugal. As instituições escolares especializadas constituíram-se como campos de ação definidores dos grupos com ambições de natureza profissional. É também a partir do contexto escolar que, segundo Rui Canário, “se articulam aspetos de natureza biográfica e relacional”⁷ construindo-se identidades e domínios de ação socioprofissionais.

Articulado com o processo credencialista surge a importância da produção e domínio de conhecimento específico adquirido, pelo menos numa fase inicial, nas escolas de enfermagem, constituindo a formação um elemento fundamental na construção do corpo profissional. A formação inicial (e contínua) apresenta-se como uma característica potenciadora do desenvolvimento profissional dos grupos ganhando centralidade na definição de um campo de ação profissional com autonomia. Claude Dubar defende que a posse de conhecimento “permite, antes de mais, estabelecer uma separação entre os “verdadeiros profissionais”, que ultrapassaram todo o curso de formação, e os “falsos” profissionais periféricos que não transitaram pela “via real”⁸.

A “via real” caracteriza-se pela aprendizagem, pela qualificação e competências adquiridas nas escolas de enfermagem relacionadas com o ato de cuidar que oferecem as ferramentas para a ação no domínio específico desta atividade. Às escolas de enfermagem reserva-se um papel decisivo na construção do conhecimento profissional deste grupo (*expertise*). O conhecimento que ali circula resulta da formalização de um conjunto de saberes práticos que se articulam com uma dimensão teórica de natureza científica, possibilitando a construção de um Saber de caráter monopolizador: os *cuidados de enfermagem*.

Outra característica chave que distingue uma atividade profissional é a existência de um corpo de normas e valores, de códigos éticos e/ou deontológicos, que são partilhados por um conjunto alargado de elementos do grupo, incorporados a partir das realidades escolares, formativas e no contexto das suas práticas pedagógicas, laboratoriais, clínicas

⁵ HUGHES, Everett C. - *Men and Their Work*, 2ª ed., Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1981, pp. 131 e segs.

⁶ HENRIQUES, Helder – *Formação, Sociedade e Identidade Profissional: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/ Dr. Lopes Dias*. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra, 2012.

⁷ CANÁRIO, Rui, “Formação profissional: problemas e perspectivas de futuro”. *Forum*, nº 27, Jan-Jun, 2000, pp. 137.

⁸ DUBAR, Claude - *A Socialização – Construção das identidades Sociais e Profissionais*, Porto: Porto Editora, 1997, pp. 144.

ou outras. António Nóvoa, a este propósito, salienta que “o exercício de uma profissão depende de normas e comportamentos éticos que orientam a prática profissional e as relações entre os próprios praticantes, entre os últimos e os outros actores sociais”⁹. A existência de um conjunto de hábitos, princípios ou códigos formais ou informais constituem elementos que permitem a identificação de padrões de singularidade profissional que potenciam a ideia de pertença e coesão de um grupo.

No caso da enfermagem, a coesão do grupo emerge como elemento essencial para proceder às necessárias reivindicações junto do Estado, e de outros grupos, de modo a alcançar reconhecimento e prestígio socioprofissional. Anna Ramió Jofre é perentória quando defende a importância dos valores ou dos códigos axiológicos como mecanismos promotores da união do grupo que permitem, conseqüentemente, aumentar a sua capacidade de negociação e reivindicação junto do Estado ou de outros grupos profissionais¹⁰. Neste sentido, consideramos que a construção de um domínio profissional, como o dos enfermeiros portugueses, define-se pelo conjunto de normas e valores, conhecimentos apropriados e processos de seleção dos membros que vão integrar o grupo. Deste modo, as escolas de enfermagem constituíram-se como elemento imprescindível para a atividade alcançar a autonomia necessária de modo a torná-la, e às suas tarefas, um campo de ação singular, reconhecido pelo Estado e pela Sociedade.

Este reconhecimento ganhou maior visibilidade a partir da década de 70 do século XX. Sopravam ventos de mudança em Portugal iniciando-se um novo ciclo de consolidação da enfermagem articulado com as alterações sociopolíticas daquele tempo. Tecidas as considerações teóricas que permitem pensar o objeto de estudo em análise, passamos agora a discutir com maior pormenor as mudanças que a enfermagem portuguesa, através das suas escolas, conheceu sobretudo a partir da década de 70 do século XX.

2. A Enfermagem no Portugal Democrático: a construção de uma nova conceção

No período do Estado Novo, principalmente entre as décadas de 40 e 60 do século XX, a enfermagem caracterizava-se por ser uma atividade fechada, pouco atrativa do ponto de vista económico e social, desregulada por horários com diversos turnos e associada ao género feminino. A reforma da enfermagem de 1965¹¹ possibilitou o início de um novo ciclo para a enfermagem portuguesa. Reconheceu-se a necessidade de atualização da atividade e, para o efeito, tornou-se imperativo aumentar o nível das habilitações literárias requeridas para admissão às escolas de enfermagem¹². A partir

⁹ NÓVOA, António - *Le Temps des Professeurs...*, pp. 53 e 54.

¹⁰ RAMIÓ JOFRE, Anna - *Valores y actitudes profesionales – Estudio de la práctica profesional enfermera en Catalunya*, Tesis doctoral. Departamento de Sociología y Análisis de las Organizaciones. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Barcelona, 2005, pp. 191.

¹¹ Decreto 46448, nº 160, de 20 de Julho de 1965.

¹² ESCOBAR, Lucília - *O Sexo das Profissões – Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Col. Biblioteca das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento, 2004, pp. 68.

deste momento, embora com um período transitório de 5 anos, os alunos deveriam possuir o 1º ciclo dos liceus ou equivalente, para o ingresso no curso de auxiliares de enfermagem e o 2º ciclo dos liceus, ou equivalente, para o curso de enfermagem geral. Com efeito, “o aumento da escolarização acompanhou o aumento da respeitabilidade académica e profissional perante o Estado e a Sociedade”¹³.

O processo de seleção passou a ser mais exigente face ao que acontecia no período anterior à reforma de 1965. Este diploma obrigava as/os candidatas/os a futuras/os enfermeiras/os a uma maior exigência para a entrada nas escolas de enfermagem e para a aquisição do título que, por sua vez, era obrigatório para exercer legalmente a atividade. Seguindo neste mesmo sentido, em 1979, decorrente de uma alteração legislativa¹⁴, propunha-se ainda uma maior exigência ao nível das habilitações literárias para o ingresso nas escolas de enfermagem, pois passava a ser requerido o 11º ano de escolaridade. No final da década seguinte, a partir de 1988¹⁵, os candidatos às escolas de enfermagem já deveriam possuir o 12º ano de escolaridade.

Esta evolução contribuiu para a transformação das escolas de enfermagem em escolas superiores e, posteriormente, para a sua integração no subsistema de ensino superior politécnico (1988)¹⁶, o que traduz bem o esforço do grupo dos enfermeiros para alcançar uma maior respeitabilidade académica que permitiu, simultaneamente, capitalizar reconhecimento social e profissional.

Ao longo da década de 70, período de profundas transformações sociopolíticas, a enfermagem encontrou novos caminhos capazes de afirmar a sua condição profissional e aumentar a autonomia enquanto saber emergente, articulado com um Estado-Providência que atribuía maiores responsabilidades aos enfermeiros portugueses. A criação do Serviço Nacional de Saúde marcava uma nova posição do Estado face aos cidadãos, promovendo a ideia de bem-estar social generalizado. Esta nova conceção ganhou maior profundidade no ensino da enfermagem com a reforma de 1976, evidenciando-se uma aproximação às Ciências Sociais, Humanas e Comportamentais que haveriam de passar a constituir um corpo teórico fundamental para a afirmação científica da enfermagem em Portugal.

A proximidade da enfermagem a este novo corpo de saberes reforçou a ideia de bem-estar e a autonomia do campo de ação do grupo através do desenvolvimento de práticas que humanizavam a técnica e a própria atividade dos enfermeiros. No fundo, os enfermeiros deixaram de pensar o doente como “um conjunto de órgãos” e passaram a refletir sobre o mesmo de um modo dinâmico, global e mais centrado nos contextos envolventes do que na própria doença¹⁷.

¹³ Henriques, Helder – *Formação, Sociedade e Identidade Profissional...*, 2012.

¹⁴ Decreto nº 98 de 06 de Setembro de 1979.

¹⁵ Decreto-Lei nº 480 de 23 de Dezembro de 1988.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. RIBEIRO, Lisete Fradique – *Cuidar e Tratar – Formação em Enfermagem e desenvolvimento Sócio-Moral*, Lisboa: Educa/SEP, 1995.

Para esta nova ideia de enfermagem, desenvolvida nas décadas de 70, 80 e seguintes, muito contribuiu a psicologia que passou a assumir um lugar central nos planos de estudo das escolas de formação de enfermeiros, no Portugal democrático. A psicologia proporcionou à enfermagem um conjunto de novas técnicas e saberes que lhe permitiu engrandecer o seu campo de ação académico e profissional que se situava até aí no domínio da técnica médica e de uma moral que colocava esta atividade apenas como “auxiliar dos médicos”. Decorrente da afirmação destes “novos saberes” nos planos de estudo das instituições escolares, aprofundou-se o *ato de cuidar* tentando compreender muitas vezes a doença através da mente do indivíduo, e dos seus contextos, em estado de fragilidade. Saber comunicar e interagir com o doente passou a fazer parte das preocupações das escolas de enfermagem e do grupo dos enfermeiros portugueses. Estas competências aproximaram o grupo à sociedade que, por sua vez, reconheceu a importância dos cuidados de enfermagem.

Olhando para a Escola de Enfermagem de Castelo Branco, via-se que ali se passa a dar importância à psicologia. Ismael Martins, enfermeiro, professor e primeiro diretor da escola de enfermagem no período democrático, refere-se à psicologia como uma das suas principais preocupações a nível da formação inicial do futuro enfermeiro:

“Dava-se muito pouco ou quase não se falava na psicologia, falava-se na psiquiatria um pouco, da psicologia pouquíssimo, sociologia nem pensar. Mas como nós pensávamos principalmente no Ser Humano, a pessoa humana em todas as suas vertentes, em todas as suas idades e etapas da vida e achávamos que a psicologia, também a sociologia, mas principalmente a psicologia era uma disciplina base. Foi uma das minhas grandes preocupações em convidar psicólogos para virem dar as aulas”.

A ideia de uma enfermagem humanizada como estratégia para desenvolver este campo de ação profissional encontrava-se bem presente no discurso deste professor. Era necessário apostar-se numa abordagem biopsicossocial para a enfermagem conquistar maior respeitabilidade através de novos conhecimentos científicos. Com efeito, Maria Augusta Magalhães, também professora da instituição albacastrense, defendia o seguinte:

“As componentes biopsicológicas do Homem reciprocamente se inter-relacionam e influenciam, de modo que quando há alteração numa das partes, a outra reage, adaptando-se ou não à situação. Algumas vezes essas alterações traduzem-se através de atitudes pouco correctas, mas a formação do Enfermeiro deve levá-lo a:

- Compreender sem se ofender;
- Ajudar sem mostrar ressentimentos;
- Actuar, lembrando-se que ao doente tudo deve ser desculpado, atendendo que ele está a viver uma situação que o fere, o revolta e desespera”¹⁸.

¹⁸ MAGALHÃES, Maria Augusta, “Os Contributos da Psicologia e da Sociologia na Formação do Enfermeiro para a Humanização dos Cuidados”. *Organização e Humanização dos Cuidados de Enfermagem*, Castelo Branco, 21, 22, 23, e 24 de Setembro de 1988, pp. 215 (Mesa redonda).

O reforço da componente das Ciências Comportamentais, Sociais e Humanas permitiu potenciar uma maior autonomia da enfermagem portuguesa e o conseqüente reconhecimento social e profissional. É deste contexto de interação entre “novos saberes” e técnicas de enfermagem que emergem os cuidados de enfermagem.

No entanto, outros saberes também contribuíram para o engrandecimento da profissão de enfermeiro e fortalecimento do seu campo de ação. Evidenciam-se, entre outros, a Sociologia e a Antropologia como domínios científicos relevantes no campo da intervenção social realizada pelo enfermeiro, possibilitando a análise dos contextos envolventes do doente¹⁹ e a construção de novos entendimentos que permitiram relacionar os fenómenos sociais com a saúde dos indivíduos, e da comunidade, na tentativa de solucionar os problemas de saúde²⁰ da população em estado de debilidade.

Além da psicologia e da sociologia/Antropologia, a pedagogia também foi valorizada. Pretendia-se que os enfermeiros fossem capazes de ser educadores no domínio da saúde. A sua proximidade das comunidades²¹ possibilitava a emergência de preocupações e reflexões e, porventura, de ações que dava a enfermeiros a oportunidade de se constituírem como profissionais mediadores de saber especializado em saúde.

Exatamente no âmbito de todo este processo de associação da enfermagem às Ciências Comportamentais, Sociais e Humanas surge o pensamento da autora brasileira Wanda Aguiar Horta que, presente em Portugal no I Congresso Nacional de Enfermagem (1973), propôs um conjunto de etapas articuladas entre si, que deviam ser seguidas pelo grupo dos enfermeiros de modo a afirmar a *cientificidade* do Saber que comportava direcionado para o Ser Humano. Chamou ao conjunto das etapas “processo de enfermagem”. Ora o processo de enfermagem, de acordo com Maria Alice Barata Garcia – aluna de enfermagem na época - também foi adotado na Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias.

Esta abordagem da enfermagem consistia em iniciar um processo de um qualquer doente através, primeiro, do levantamento de dados significativos que permitissem avaliar os problemas do doente; depois, passar ao diagnóstico de enfermagem que consistia na identificação das necessidades básicas do ser humano e no seu grau de dependência; de seguida, passava-se para o plano global de assistência e de cuidados a realizar ao ser humano, com o conhecimento do mesmo e da evolução desses mesmos cuidados; e, por fim, caberia ao enfermeiro a responsabilidade de fazer um prognóstico relacionado com a recuperação do doente. Esta metodologia constituía uma forma possível para trabalhar com os públicos que precisavam de apoio e orientação para desenvolver e suprir as necessidades básicas de vida do Homem. Tratava-se não só de compreender a doença mas esta num paciente particular, relacionando a questão médica a condições de produção de doença e de possibilidades de terapêutica.

¹⁹ AEECB – *Plano de Estudos do Curso de Enfermagem – Programa de Antropologia e Sociologia*, 1987, pp. 28.

²⁰ AEECB – *Plano de Estudos do Curso de Enfermagem Geral – Programa de Sociologia*, 1976, pp. 44.

²¹ PIRES, João, “Os Contributos da Psicologia e da Sociologia na Formação do Enfermeiro para a Humanização dos Cuidados”. *Organização e Humanização dos Cuidados de Enfermagem*, Castelo Branco, 21, 22, 23, e 24 de Setembro de 1988, pp. 222 (Mesa Redonda).

O aumento das exigências literárias para a frequência de um curso enfermagem, aliado a uma aproximação aos saberes identificados anteriormente, possibilitara a adoção de metodologias próprias, inspiradas nas “Ciências do Homem”, permitindo o reforço e aumento da credibilidade social e profissional da enfermagem no período pós-25 de abril de 1974. Abrindo-se a uma compreensão da saúde muito mais ampla que a biomédica, apoiando-se numa conceção técnico-científica que incorpora o conhecimento proveniente das ciências humanas e sociais, vendo-se cada vez mais requisitada e reconhecida, a enfermagem tinha cada vez mais possibilidades de se afirmar como saber autónomo e a escolas de enfermagem bem contribuíram para isso.

3. A perspetiva de atores da Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias

A década de 70 do século XX foi um período de grande transformação na sociedade portuguesa. A enfermagem, procurando sair de uma situação marcada pela moral cristã e pela subserviência ao grupo profissional dos médicos, vai encontrar no período após a revolução pós 25 de abril de 1974 condições especialmente favoráveis para uma maior autonomia e jurisdição profissional. A pouco e pouco, os enfermeiros conseguirão ver reconhecida a necessidade de dominarem um campo de atuação com base nas ciências médicas e nas ciências sociais e humanas. O contexto político era especialmente favorável para a ampliação dos cuidados com a saúde e para ações que atendessem a populações socialmente desfavorecidas. Num período em que se pretendia dar voz às pessoas, havia que dar-lhes atenção, que atendê-las tentando entendê-las. Desse modo, gradualmente, passou-se de uma conceção de uma enfermagem essencialmente biomédica, para um entendimento mais humanizado do indivíduo. Teresa Carvalho refere-se a estas transformações como elementos essenciais para o desenvolvimento de um “modelo profissional” da enfermagem:

“(…) o que este movimento procura, no fundo, é substituir o modelo burocrático ocupacional para um modelo profissional, assente na exigência de certificação das qualificações a nível da educação superior, tendo em vista o seu estabelecimento como suporte ao exercício da profissão. O modelo profissional é representado como devendo ser legitimado pelo conhecimento científico e técnico, em articulação com uma visão mais humanista do cuidar, de cariz mais ideológica, que tenta romper as fronteiras em que a visão biomédica encerrou a enfermagem”²².

Este entendimento holístico do Ser Humano – biopsicossocial - e dos cuidados de enfermagem foi dinamizado nas escolas especializadas em formação de enfermeiros em Portugal. A relação entre o conhecimento científico e esta nova conceção do ato de

²² CARVALHO, Teresa - “Profissionalização na enfermagem: os discursos dominantes no contexto institucional” in DELICADO, Ana; BORGES, Vera; DIX, Steffen (Orgs.) - *Profissão e Vocação – Ensaios sobre grupos profissionais*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010. pp. 34.

cuidar foi central na definição de um campo de ação profissional da enfermagem e de uma identidade mais definida e menos permeável às influências do corpo médico.

No contexto institucional da Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias, situada na cidade de Castelo Branco, destaca-se a importância desta “visão holística” em relação ao Ser Humano. Ismael Martins, antigo docente da escola mencionada, refere que, na época havia dois grandes modelos relacionados com o ensino da enfermagem que caracterizavam a formação escolar: o “modelo biomédico”, que incidia sobre as patologias, e o “modelo de acompanhamento humano”, que procurava conhecer o ser Humano desde o momento da concepção até à sua morte. Ora, segundo ele, a Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias tendia a seguir o último modelo, que explicita dizendo:

“Começávamos pelos aconselhamentos à grávida, depois os cuidados de enfermagem no bebé, no jovem, adolescente, adulto e isso tanto na enfermagem como na psicologia, ou na sociologia, e dávamos as cadeiras de fisiologia, patologia, etc...mais de acordo com as necessidades do ser humano. Havia esses dois modelos. Na nossa escola seguimos o modelo do acompanhamento do ser humano desde a concepção até à morte”.

Como parece evidente, tratava-se de valorizar as etapas da vida do indivíduo, tentando buscar a compreensão delas e dos problemas mais característicos de cada, a partir de abordagens de diferentes disciplinas. Assim, não havia que desleixar o domínio das técnicas de enfermagem centradas numa ação curativa mas inseri-las numa compreensão humanista, procurando que os alunos de enfermagem tivessem competências que ampliassem a sua capacidade de discernir as condições que afetavam a doença e a terapêutica. Embora nem sempre muito claramente definida, como o tempo era de feição a ideias voluntaristas, seguia-se uma estratégia de valorização da profissão acolhendo disciplinas na formação dos futuros enfermeiros que dariam outras possibilidades à enfermagem de responder a anseios das pessoas ou comunidades. A enfermeira Maria Augusta Magalhães, quando questionada sobre as alterações produzidas na enfermagem depois da Revolução de Abril de 1974, testemunha bastante bem o ambiente da sua escola:

“Os planos de estudo alteraram-se muitas vezes. Sobretudo em relação à qualidade das aulas, novos temas, a importância que ganharam a sociologia e a psicologia que passaram a ter muitas horas. Também houve uma altura que foi introduzida uma componente para se fazerem experiências fora da escola, nas aldeias, eu ia com elas para ver os aspectos rurais e assim...”.

A formação no interior desta escola de enfermagem, no período que se seguiu a abril de 1974 preocupava-se com o alargamento da capacitação dos futuros enfermeiros e isso passava por encontrar disciplinas ou formas pedagógicas que ajudassem a ler e a apoiar a dinâmica político-social que atravessava a sociedade portuguesa de então. A referência a conteúdos da psicologia não era propriamente inédita mas a acentuação que se lhes deu bem como aos associados a abordagens sociológicas dão aos futuros enfermeiros uma gramática que os deve orientar na sua ação profissional reforçando a

sua consciência e o seu reconhecimento por outros grupos profissionais e pela sociedade em geral. Em geral, como já o dissemos, a formação caracterizava-se pela valorização do Ser Humano através do aprofundamento do saber sobre o próprio Humano e as realidades que o envolviam. Apenas um entendimento global sobre o mesmo permitiria um melhor processo de análise e de recuperação da pessoa doente ou a prevenção da doença. Este modelo tinha como objetivo de fundo o bem-estar integral do ser humano na sequência da retórica discursiva do Estado-Providência que ia vingando em Portugal.

Para a promoção deste ideal era necessário favorecer os ensinamentos em contexto escolar sobre a importância das relações humanas no cuidado ao próximo. Este entendimento acabaria por constituir-se como uma forma de desenvolvimento profissional e de acreditação da atividade perante a sociedade. Assim, na Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias, os alunos incorporaram um conjunto de novos valores, resultado de saberes emergentes, nesta época. Ismael Martins refere-se a esta questão do seguinte modo:

“Eu conheço melhor a experiência da nossa escola. Isto já vinha um pouco do primeiro director e fundador da escola – José Lopes Dias –, continuou comigo, eu bebi bastante essa inspiração e isso era a minha primeira grande luta, era a formação das relações humanas. A questão dos valores era centrada no valor da pessoa humana em si, na liberdade que ela devia ter por si própria e portanto o respeito que devíamos ter pela pessoa. Portanto, a aceitação da pessoa como ela era e, por outro lado, a grande preocupação em que o enfermeiro descesse ao nível da pessoa para se poder relacionar bem com ela”.

Pode bem ser que já viesse de tempos anteriores o respeito pela pessoa na escola em causa, mas não é crível que ele se concretizasse a partir da mesma compreensão e pressão que se desenvolveu na viragem para a segunda metade da década de setenta de noventa. A leitura de mundo alterara-se, as referências à liberdade da pessoa tinham outros contornos, as exigências de cuidado e atendimento eram bem maiores. Admitindo que a preocupação com os outros e as pessoas vem de uma matriz cristã, aliás muito sublinhada pela doutrina social da Igreja a partir de João XXIII, e que, concomitantemente, com as transformações curriculares dos anos sessenta, se possa ter proporcionado uma formação mais atenta à pessoa doente, não há dúvida que a intencionalidade e a acentuação no personalismo e na compreensão das condições sociais e culturais que enquadravam e afetavam as populações é fortemente influenciado pelo ambiente ideológico que se gerou após a instauração da democracia no país. No fundo, é compreensível o testemunho anteriormente mencionado quando apresenta a ideia da aceitação da pessoa tal como era e da grande preocupação em que o enfermeiro soubesse relacionar-se com cada uma, no respeito pelos sentimentos e capacidade dos outros.

De facto, dos testemunhos obtidos, percebe-se a necessidade de formar o enfermeiro capaz refletir sobre a sua ação de modo a compreender melhor a atividade desenvolvida. José Manuel Preto Ribeiro, aluno da escola que nos serve de referência no começo da década de 80, confirma o estudo destes princípios e a sua aplicabilidade.

Realça que a sua formação na escola permitiu o desenvolvimento de competências técnicas, mas destaca sobretudo o aprofundamento de competências humanas:

“Refiro-me a aspectos como as questões relacionais, entendia-se e ainda hoje se entende que a enfermagem é sobretudo a relação com outras pessoas, o profissional relaciona-se com outras pessoas, competências comunicacionais e depois os outros valores como a assiduidade, a pontualidade, o apuro pessoal, as questões da aparência, o respeito, a sensibilidade ao sofrimento e à situação do outro eram de facto incutidos na formação. Aliás tínhamos mesmo uma disciplina no plano curricular que se chamava mesmo Relações Humanas. Para além de termos ética e deontologia nós tínhamos no curso uma disciplina de relações humanas precisamente porque se entendia que um enfermeiro é essencialmente uma pessoa que se relaciona com outras pessoas e normalmente com outras pessoas em situação de dificuldade, de inferioridade temporária, e portanto de pessoas que estão numa situação de necessidade de ajuda, de melhorarem a sua própria condição. (...) Essas competências, essas habilidades comunicacionais e relacionais eram entendidas como instrumentos básicos. Normalmente o enfermeiro era associado a outro tipo de instrumentos mais no sentido material do termo, mas de facto os nossos instrumentos básicos eram instrumentos intangíveis, comunicacionais, relacionais, capacidade de ajuda, de intervenção, ao nível da relação e da comunicação”.

Este testemunho é claro quanto à importância das relações humanas nos processos formativos da Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias. Não se esquece a técnica, mas valorizam-se essencialmente as competências humanas. Havia mesmo uma disciplina de “Relações Humanas” que tinha como objetivo sensibilizar para os aspetos da interação entre o enfermeiro e o doente, dado que este era “o grande eixo do ser-se enfermeiro” naquela altura. Também para Maria Alice Barata Garcia este processo de conhecimento do doente era essencial no equacionar da formação proporcionada pela escola de enfermagem. A aproximação do profissional de saúde ao doente devia gerar um processo de humanização a partir das habilidades comunicacionais. Neste sentido, tal como refere a enfermeira anteriormente mencionada, na Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias valorizava-se “a parte humana, muito, muito, muito”. A dimensão relacional era importantíssima nesta conceção de enfermagem centrada na pessoa. Era por ela que passava a boa enfermagem, assumindo-se que as demais convenientes técnicas e saberes não alcançariam os resultados devidos se não mediados por uma relação de empatia, comunicação e compreensão.

A psicologia, a sociologia/antropologia e a pedagogia constituíram importantes saberes na definição da enfermagem portuguesa nas décadas de 70 e 80 do século XX. Estas disciplinas iluminavam as intervenções e as posições dos enfermeiros, conferindo-lhes credibilidade e reconhecimento. A fundamentação da acção não se submetia tão só à lógica médica, não se inscrevia somente na rotina do curativo. A importância da Humanização da técnica, das relações humanas, do conhecimento das pessoas, legitima a busca por uma crescente procura de atualização científica e valorização da formação

académica da enfermagem. Esse interesse era evidente na Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias daquele período. Como refere Ismael Martins:

“Nas áreas mais abrangentes, como as Relações Humanas, Ética Profissional, Psicologia, Sociologia, nessas disciplinas genéricas iam todos, sempre que podiam e queriam. Para além disso, quando se sentia que uma área qualquer estava em carência desenvolvíamos actividades na própria escola. Íamos buscar os técnicos e fazíamos ali formação de dois, três ou quatro dias e nessa altura procurávamos que os alunos estivessem mais em estágio, acompanhados pelos próprios enfermeiros do serviço que colaboravam muito connosco, embora lá fossem os monitores de serviço de vez em quando, mas nós próprios trazíamos à escola formadores sempre que havia necessidade disso”.

É evidente que todo este processo tinha em vista favorecer as relações com os doentes, mas também a socialização profissional dos enfermeiros com outros grupos e/ou saberes, que ajudavam a melhorar a visão da sociedade e dos outros grupos profissionais sobre a centralidade da enfermagem na vida dos portugueses. Percebe-se que havia uma ambição de renovar a compreensão da enfermagem e de capacitar os seus profissionais de modo a eles serem cada vez mais autónomos e capazes de se definirem profissionalmente. Tratava-se de ampliar a formação dos enfermeiros de modo a que eles se pudessem relacionar com outros grupos profissionais de modo mais afirmativo e de ampliar o seu campo de acção. Presente-se uma estratégia que visava maior reconhecimento profissional, ainda que nem sempre se tivesse certeza do caminho a percorrer. De qualquer modo, havia um contexto ideológico muito favorável aos que buscavam legitimar-se no bem-comum e na preocupação com o ser humano. Ismael Martins apresenta-nos uma posição que revela bem quanto a afirmação da enfermagem se faz a partir de uma formação que tenta dialogar com a visão generosa de mundo, dominante na época, e com as exigências científicas inerentes a uma profissão associada a um grau académico superior. Afirma ele, tentando ainda situar a enfermagem para além da acção concreta:

“Por um lado, podemos dizer, a enfermagem é uma ciência e uma arte ao serviço do homem. Só que isso é muito vago. Não há dúvida que é ao serviço do homem e nasceu para o homem, não para auxiliar o médico. Ajudar o homem nas suas dificuldades, nas suas situações transitórias de mal-estar na vida ou por situações patológicas, de tristeza. A enfermagem está e deve estar ao serviço do ser humano. Se é uma ciência já não sei. Tenho as minhas dúvidas, mas que para lá caminha, pelo menos caminha. Já tem muitos conteúdos de natureza científica, com métodos próprios de observar o ser humano no seu estado de carência e a enfermagem é capaz de fazer o diagnóstico da enfermagem. Se a pessoa doente ou sã está muito dependente de outra, se tem autonomia, se precisa de orientação ou ajuda. O enfermeiro pode dar indicações para...olhe precisa de um psicólogo, de um pediatra, deste ou daquele técnico... o melhor é procurar um técnico desta área ou daquela. Mas muita ajuda, o enfermeiro em si já pode dar”.

Este discurso remete-nos ainda para um percurso não concluído. Não é que não seja identificável um campo de ação profissional da enfermagem mas também é verdade que os seus atores, nomeadamente os ligados à formação académica, tendem a ambicionar abranger domínios disciplinares que lhes são convenientes para o reconhecimento científico da sua intervenção. Do ponto de vista dos testemunhos aqui convocados e tendo em conta o período recortado para este trabalho, a formação em enfermagem procurou constituir um corpo profissional que ultrapassasse a condição subalterna face ao saber médico ampliando o seu leque de conhecimentos tentando corresponder quer a anseios sociais das populações quer a exigências académicas. Aproveitando conveniências de ordem estrutural, conjunturas políticas favoráveis e buscando organizar uma formação que simultaneamente permite legitimar cientificamente uma atuação enquanto profissional de enfermagem, afirmou-se uma profissão não só reconhecida pelo universo da população portuguesa como capaz de se confrontar sem receios com outras mais tradicionais ou prestigiadas por uma formação de nível superior.

4. Considerações finais

A partir da década de 70 do século XX a enfermagem transformou-se e adaptou-se a uma nova realidade social e política. Transitou de uma conceção baseada na promoção de uma moral, de inspiração cristã, e de baixas necessidades literárias, para uma conceção essencialmente científica e técnica assente em “novos saberes”, valorizando-se maiores exigências escolares e académicas na entrada para o grupo.

Ao longo princípio da segunda metade de novecentos são vários os indícios que apontam para esta alteração. Ainda durante a ditadura, a reforma de 1965 já dá passos promissores na promoção da enfermagem ao aumentar as exigências literárias para adquirir, depois de passar por uma escola de formação especializada, uma licença que habilitava para o exercício legal das tarefas “monopolizadas” pelos enfermeiros portugueses. Todavia, este processo de consolidação da identidade da enfermagem bem como de afirmação de profissionais com capacidade para se definirem e legitimarem para além da subserviência médica deveu-se muito ao ambiente ideológico e à dinâmica social que se desenvolveu a partir da Revolução de Abril. De facto, assistimos à consolidação e à ampliação do campo de ação dos enfermeiros e, para isso, contribuíram, obviamente, profissionais comprometidos com a sua valorização e dignificação e, concomitantemente, as instituições escolares dessa área que acolheram e transmitiram um conjunto de saberes que permitiriam uma interlocução mais igualitária com outras áreas do conhecimento tradicionalmente mais prestigiadas e um maior reconhecimento da capacidade profissional da enfermagem. A valorização do Ser Humano, na sua globalidade, através do estudo, não apenas da doença mas também dos contextos onde a doença se “movimentava”, constituiu uma característica desenvolvida no Portugal Democrático. Esta nova forma de olhar para os doentes incorporou o contributo das Ciências Sociais, Humanas e Comportamentais que permitiram aos enfermeiros passar a refletir sobre as técnicas que dominavam e suas

implicações no doente. O melhor exemplo da conveniência desta relação parece ser o caso da psicologia. As formas de abordar o doente, a sua família e todas as habilidades comunicacionais inerentes ao estudo deste saber, aplicadas no campo de ação da enfermagem, permitiram conquistar maior credibilidade social, profissional e estatal ao longo das décadas de 70 e 80. Exemplo de tudo isto é a Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias que incorporou nos seus planos de estudo esta nova conceção transmitindo para os seus alunos novas orientações científicas sobre a enfermagem. As escolas de enfermagem souberam, de facto, responder aos desafios colocados pela democratização da saúde e aos anseios duma classe que procurava afirmar a sua identidade. Elas souberam realizar a articulação entre saberes permitindo o desenvolvimento de teorias da enfermagem que lançaram novas formas de ler a realidade sobre a qual se debruçavam e novos valores e exigências que se, por um lado, deviam orientar e responsabilizar os enfermeiros, por outro, serviam para dar consistência à interlocução com autoridades ou entidades com as quais se confrontavam os profissionais de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, A. (1988), *The System of Professions – Na Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- CANÁRIO, R. - “Formação profissional: problemas e perspectivas de futuro”. *Forum*, nº 27, Jan-Jun, 2000, pp. 125-139.
- CARVALHO, T. - “Profissionalização na enfermagem: os discursos dominantes no contexto institucional”. In DELICADO, Ana; BORGES, Vera; DIX, Steffen (Orgs.) - *Profissão e Vocação – Ensaios sobre grupos profissionais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010. pp. 21-48.
- DUBAR, C. - *A Socialização – Construção das identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
- ESCOBAR, L. - *O Sexo das Profissões – Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*. (Col. Biblioteca das Ciências Sociais). Porto, Edições Afrontamento, 2004.
- FREIDSON, E. - *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1986.
- HENRIQUES, H.; FERREIRA, A. G., “As normas e os valores na construção da identidade profissional da enfermagem portuguesa – décadas de 40 a 80 (séc. XX). *Estudos do Século XX*. nº 12 (2012) pp. 141 - 157.
- HENRIQUES, H. - *Formação, Sociedade e Identidade Profissional: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/ Dr. Lopes Dias*. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra, 2012.
- HUGHES, E. C. - *Men and Their Work*, 2ª ed. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1981.
- MAGALHÃES, M. A. - “Os Contributos da Psicologia e da Sociologia na Formação do Enfermeiro para a Humanização dos Cuidados”. *Organização e Humanização dos Cuidados de Enfermagem*. Castelo Branco, 21, 22, 23, e 24 de Setembro de 1988.
- NÓVOA, António - *Le Temps des Professeurs – Analyse Socio-Historique de la Profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. 2 Vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- PIRES, João - “Os Contributos da Psicologia e da Sociologia na Formação do Enfermeiro para a Humanização dos Cuidados”. *Organização e Humanização dos Cuidados de Enfermagem*. Castelo Branco, 21, 22, 23, e 24 de Setembro de 1988.
- RAMIÓ JOFRE, Anna - *Valores y actitudes profesionales – Estudio de la práctica profesional enfermera en Catalunya*. Tesis doctoral. Departamento de Sociología y Análisis de las Organizaciones. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Barcelona, 2005.
- RIBEIRO, Lisete Fradique - *Cuidar e Tratar – Formação em Enfermagem e desenvolvimento Sócio-Moral*. Lisboa: Educa/SEP, 1995.

Fontes

- Decreto 46448, nº 160, de 20 de Julho de 1965 [Reforma do ensino da enfermagem, entre outros aspectos altera condições de admissão aos cursos].
- Decreto nº 98 de 06 de Setembro de 1979 [Aumenta os requisitos de admissão ao curso de enfermagem para o curso complementar dos liceus ou equivalente].
- Decreto-Lei nº 480 de 23 de Dezembro de 1988 [Integração da enfermagem no Sistema Educativo Nacional, ao nível do subsistema de ensino superior politécnico].
- Arquivo Escola Enfermagem Castelo Branco (AE ECB) – *Plano de Estudos do Curso de Enfermagem – Programa de Antropologia e Sociologia*, 1987.
- AE ECB – *Plano de Estudos do Curso de Enfermagem Geral – Programa de Sociologia*, 1976.